

Contributo de Portugal para a nova Estratégia da Comissão Europeia para as Regiões Ultraperiféricas

1. Preâmbulo

Numa fase crucial do debate sobre o futuro da UE é essencial reforçar as oportunidades de desenvolvimento que a nova estratégia para as regiões ultraperiféricas poderá enquadrar. Foi neste contexto que as Regiões Ultraperiféricas (RUP) entregaram à Comissão Europeia o Memorando Conjunto "Para uma nova dinâmica na aplicação do artigo 349º do TFUE".

Pretendendo participar nesta reflexão conjunta entre a Comissão Europeia, os Estados-membros e as RUP, e com o objetivo de valorizar o papel daquelas regiões na Europa, bem como a sua competitividade e convergência, Portugal apresenta agora o seu contributo para este debate.

A apresentação pela Comissão Europeia do "Livro Branco sobre o Futuro da Europa" e os documentos de reflexão a ele associados abrem caminho ao debate que balizará a elaboração do próximo Quadro Financeiro Plurianual e das várias políticas da UE. É fundamental que a estratégia da UE para o futuro das RUP se venha a enquadrar neste debate mais vasto.

O documento relativo ao futuro do financiamento da UE veio materializar as primeiras *guidelines* sobre o peso que se pode perspetivar para as várias políticas no orçamento da UE. Este debate será também um elemento crucial na definição das possibilidades que se poderão abrir para a futura estratégia de desenvolvimento das RUP.

Valorizar o papel que as RUP poderão vir a desempenhar no futuro da UE

Neste contexto de reflexão sobre o futuro, consideramos que a ultraperiferia deverá ser valorizada e encarada como um trunfo para o

desenvolvimento de toda a UE. O papel das RUP como "janela" para o Mundo tem vindo a ser promovido. Existe agora a oportunidade para melhor enquadrar este papel, num momento em que a afirmação internacional da Europa é decisiva.

No atual contexto, importa valorizar o papel de Portugal como interlocutor da UE para o Atlântico norte, e, em especial, para o relacionamento da UE com os EUA, ao nível dos Acordos de Comércio, da política marítima europeia e da sua dimensão Atlântica.

Sublinhe-se que ao longo do tempo tem havido já uma evolução significativa do conceito de ultraperiferia que há muito deixou de se centrar apenas nos problemas e constrangimentos das RUP. Portugal defende que no próximo período de programação a evolução do conceito de ultraperiferia continue no sentido da procura e aproveitamento de oportunidades e da plena potenciação das mais-valias que estes territórios apresentam para o conjunto da UE.

Com efeito, tem-se assistido a uma consciencialização crescente, por parte dos EM e das instituições, das oportunidades únicas que estas regiões podem oferecer - posição geoestratégica, biodiversidade, recursos energéticos e marinhos - e que representam um potencial de investigação e inovação em setores com um alto valor acrescentado. As RUP têm também um papel fundamental a desempenhar na dimensão do mercado, no crescimento e no emprego da UE.

Estas características ímpares justificam o reforço do tratamento diferenciado das RUP no âmbito da intervenção da UE. Neste contexto, o acórdão do TJUE de dezembro de 2015 constitui uma decisão histórica ao estabelecer jurisprudência de referência sobre a função habilitadora do artigo 349.º do TFUE e respetivo âmbito de aplicação.

Ao nível das legislações setoriais, a incorporação da ultraperiferia tem-se notado de forma mais visível na Política de Coesão, na Agricultura, nas Pescas e nos auxílios de Estado, que têm vindo a traduzir o reconhecimento destas regiões e procuram contribuir para minimizar os efeitos dos seus constrangimentos estruturais e permanentes,

decorrentes do afastamento geográfico e das condições específicas definidas no TFUE. Deverá também continuar a ser procurada a tradução destas especificidades e o contributo de outras políticas europeias, destacando-se a política marítima integrada, transportes, investigação e inovação, espaço, energia e ambiente, também pelo potencial que as RUP demonstram nestas áreas.

Por uma parceria reforçada

É fundamental que continue a ser fomentada e aprofundada a colaboração já existente entre Estados-membros, RUP e instituições europeias, que se tem revelado essencial para o sucesso das várias iniciativas desenvolvidas e para a melhoria do *acquis* comunitário no que a estas regiões diz respeito.

As RUP portuguesas, Açores e Madeira, estão empenhadas neste debate, como prova a iniciativa conjunta com as restantes RUP de elaborarem um memorando onde são elencados desafios e propostas concretas para o pós 2020, que foi entregue no 4.º Fórum das RUP ao presidente da Comissão Europeia.

As instituições - em particular a Comissão Europeia e o Parlamento Europeu - têm desempenhado um papel fulcral na dinamização da reflexão e da ação que estas regiões merecem e na procura das soluções que melhor se adequam às suas especificidades: numa melhor acessibilidade ao mercado interno da UE, na redução da dependência face a alguns produtos promovendo uma maior diversificação económica e na mitigação dos constrangimentos climáticos e geográficos.

Não podemos deixar de realçar o empenho da Unidade das Regiões Ultraperiféricas da DG REGIO na defesa e aprofundamento do estatuto das RUP no contexto da UE, bem como a sua importante função de articulação com outras Direcções-Gerais da Comissão.

As sinergias entre os vários atores constituem certamente vantagens para todos e são fundamentais para o importante trabalho que tem sido feito em prol da diversidade territorial europeia.

Prosseguindo o empenho do Governo português de contribuir ativamente para a construção do futuro da UE, continuaremos a dar a merecida atenção aos constrangimentos e ao potencial de desenvolvimento destas regiões. O presente contributo pretende identificar os principais desafios e oportunidades para as RUP portuguesas, bem como as áreas-chave nas quais Portugal considera que se deverá focar a intervenção da futura estratégia, garantindo uma abordagem integrada para uma valorização crescente das RUP.

2. Principais oportunidades e desafios

As RUP representam um grupo heterogéneo de regiões onde, apesar das suas características distintas, é possível identificar um conjunto de constrangimentos, mas também de oportunidades comuns.

Quanto às oportunidades, importa relevar as que decorrem do seu posicionamento geográfico e características específicas: a possibilidade de funcionar como elo de ligação entre a Europa e outros continentes, nomeadamente na área comercial e na cooperação territorial; o importante contributo que poderão dar para as estratégias marítimas, incluindo a afirmação geopolítica da UE no mundo e o potencial de desenvolvimento de I&D&I, num contexto inovador de integração de temas como o espaço, clima, oceanos e energia; o papel na prossecução de "grand challenges" na ótica da utilização das ilhas para testar modelos como um "laboratório vivo" para projetos de economia circular, mitigação e adaptação às alterações climáticas, de preservação da biodiversidade e as possibilidades de investigação e desenvolvimento em matéria de energias renováveis e redes energéticas inteligentes e de bioprocessos para aproveitamento sustentável de bio recursos marinhos e terrestres específicos das RUP; a possibilidade de constituição de redes de investigação e inovação entre as RUP nestas áreas, com possível replicação de resultados a nível europeu e global; o desenvolvimento do setor aeroespacial; as oportunidades no setor turístico, possibilitadas através de uma oferta natural e cultural única, enfatizando o contributo económico, social e ambiental dos setores mais tradicionais de atividade.

Relativamente aos principais desafios e constrangimentos, continua a ser necessário dar resposta: ao afastamento em relação ao continente europeu, que aumenta os custos com o transporte e com as comunicações e impede o pleno benefício das vantagens do mercado interno da UE; à limitação e a dispersão da dimensão do mercado local (regional) e a dependência económica em relação a um pequeno número de produtos – que tornam estas economias mais vulneráveis; às condições geográficas e climatéricas específicas que condicionam o desenvolvimento de determinados setores (em especial atividades do setor primário e secundário); à condição de dupla insularidade, que afeta também as RUP portuguesas, tendo em conta a dificuldade e o custo acrescido na provisão de bens, prestação de serviços e mobilidade entre ilhas; ao desemprego, em particular do desemprego jovem; à dificuldade em atrair massa crítica em áreas essenciais para um maior impulso ao seu desenvolvimento; e à dificuldade na captação de investimento privado externo.

3. Áreas de política mais relevantes para as RUP

Tendo em conta os desafios e oportunidades identificados para as RUP, importa agora melhorar a ação e adaptação de determinadas políticas da UE, essenciais para o desenvolvimento destas regiões, de forma a dar efetivamente aplicação às possibilidades oferecidas pelo art.º 349.º do TFUE.

Tem sido recorrentemente assinalada a necessidade de levar a cabo estudos de impacto que permitam identificar as necessidades de adaptação das várias políticas da UE às RUP, bem como da necessidade de avaliar o impacto de acordos internacionais (comerciais e outros) nestas regiões. Espera-se que a nova estratégia possa trazer propostas concretas nas seguintes áreas-chave, garantindo assim uma abordagem que possa ter um impacto efetivo no desenvolvimento destas regiões.

Política de Coesão

A Política de Coesão, económica, social e territorial que apoia os EM na promoção da convergência e correção dos desequilíbrios, tem um

impacto muito importante para a mitigação dos constrangimentos estruturais e permanentes, decorrentes das condições muito próprias que caracterizam as RUP. Os níveis de execução da Política de Coesão atestam bem a sua importância para o desenvolvimento destas regiões no contexto da UE.

O trabalho conjunto levado a cabo por Portugal, Espanha e França, pelas RUP e pelas instituições europeias ao longo das negociações do atual Quadro Financeiro Plurianual e dos regulamentos da Política de Coesão conduziu a resultados relevantes na incorporação da ultraperiferia. Ficaram consagradas, entre outras disposições relativas a estas regiões, as seguintes: uma alocação específica para a compensação de sobrecustos (adicional RUP); taxas de cofinanciamento de 85%, incluindo para o adicional RUP; tratamento igual ao das regiões menos desenvolvidas no que toca à concentração temática no âmbito do FEDER (o adicional RUP não ficou sujeito à concentração temática); a possibilidade de o FEDER apoiar investimentos produtivos nas empresas, independentemente da sua dimensão; a garantia de um montante mínimo alocado às RUP no âmbito da Cooperação Territorial Europeia (150% do montante 2007-13); a possibilidade de participação na cooperação transfronteiriça e no Programa Espaço Atlântico (RUP PT e ES).

Não obstante as fortes pressões que se antecipam no quadro do futuro da Política de Coesão, fruto dos constrangimentos e desafios com que a Europa se confronta, consideramos que deverá ser prosseguida uma abordagem coerente que não ponha em causa o que já foi alcançado para estas regiões. Nesse sentido, consideramos que deverá continuar a ser ponderada a flexibilidade na adaptação da Política à realidade territorial das RUP, na concretização do próximo período de programação, em prol do tratamento específico preconizado no Tratado e Acórdão do TJUE.

Agricultura

A agricultura é um sector vital para a economia das RUP e contribui, também pelo carácter multifuncional, para a sua identidade cultural, para o turismo, para a paisagem, para o ordenamento do território e para o combate às alterações climáticas. No caso das RUP Portuguesas, particularmente dos Açores, o setor agrícola constitui-se como um setor de exportação – sobretudo de leite e de queijo – constituindo-se assim como um setor tradicional mas criador e multiplicador de riqueza.

Apesar disso, as condições de produção nas RUP são específicas devido a condicionantes permanentes (orografia, clima, reduzida área agrícola útil) e às características socioeconómicas e sanitárias que dificultam a atividade agrícola. Por conseguinte, uma transposição direta do modelo agrícola europeu não é admissível no caso das RUP. A futura PAC deve manter a flexibilidade necessária para ter em conta esta realidade distinta, reconhecida no direito primário da UE.

Tendo em conta que as condições de produção específicas das RUP se devem a condicionantes permanentes e tendo sido positivo o desempenho dos programas POSEI - como foi referido recentemente no Relatório de avaliação da COM sobre a aplicação do regime no período 2006-2014 - é fundamental manter, no futuro, a especificidade deste regime. Convém que seja também adaptado e dotado dos meios adequados às necessidades e desafios das regiões, de forma a garantir a viabilização e a preservação das atividades de produção agrícola, contribuindo para um desenvolvimento territorial equilibrado, para um incremento do autoaprovisionamento e para a garantia de uma estabilidade económica e social nestas regiões.

É igualmente fundamental a existência de instrumentos de apoio à gestão de risco, específicos para estas regiões, nomeadamente seguros de colheita contra riscos climáticos e sanitários, e seguros que protejam os rendimentos dos agricultores.

Por outro lado, a concorrência é cada vez mais agressiva no mercado mundial, com a entrada de muitos produtos agrícolas de países terceiros com crescentes facilidades de acesso no mercado europeu (redução de

tarifas, ausência de quotas, entre outros). Devem ser adotadas medidas de proteção comercial adequadas, quer sejam cláusulas de salvaguarda, acompanhadas por cláusulas de exclusão de produtos sensíveis para as RUP, quer outros mecanismos financeiros assim como medidas que possam mitigar os efeitos das significativas alterações nos mercados internacionais, como foram exemplo as que se verificaram recentemente no mercado do leite e produtos lácteos.

A par do sector da agricultura, é de evidenciar a importância da manutenção do apoio ao sector silvícola, dado o papel que este setor desempenha na preservação do ambiente e combate aos fenómenos de erosão naturais nas RUP. Uma parte significativa da superfície florestal destas regiões está ocupada pelo meio natural de origem, abrigando muitas espécies endémicas. A floresta representa uma oportunidade única de desenvolvimento para as RUP, envolvendo uma grande diversidade de atividades económicas, que apresentam forte potencial de crescimento e especialização e de inovação (energia, biomassa, valorização de extratos vegetais/bioindústria, construção bioclimática, entre outros).

Pescas e Aquicultura

A área marítima das RUP permite à UE dispor do maior território marítimo do mundo e de uma enorme reserva de recursos marinhos. Simultaneamente constitui uma oportunidade com um enorme potencial de desenvolvimento, ainda não explorado, para criar emprego e impulsionar a economia local, pelo que a pesca e aquicultura constituem componentes basilares no desenvolvimento sustentável, num momento em que o crescimento azul assume uma dimensão significativa ao nível da UE.

A atividade de pesca nas RUP desempenha um papel fundamental na segurança e autossuficiência alimentar e baseia-se num modelo artesanal e sustentável caracterizado pela interligação com outros setores como o turismo, a cultura e as tradições das comunidades costeiras, tendo o pescador uma estreita ligação aos recursos haliêuticos, facilitando a

perceção da necessidade da sua conservação. A frota de pesca das RUP é constituída essencialmente por embarcações que utilizam técnicas de pesca seletiva e não predatória, o que contribui para uma pesca sustentável e responsável, bem como para o equilíbrio socioeconómico das comunidades costeiras, na medida em que contribui para a autossuficiência alimentar.

Considerando os aspetos positivos anteriormente descritos, será importante equacionar uma estratégia de modernização da fileira das pescas, desde a produção primária até à comercialização e internacionalização dos seus produtos mais característicos, estratégia essa que deve incluir, também, ações de formação que permitam alargar e desenvolver competências adequadas ao setor.

A especificidade, tanto dos recursos haliêuticos como da atividade da frota artesanal das RUP, exige medidas adequadas de conservação e gestão dos recursos, designadamente no que se refere à forma de fixação de totais admissíveis de capturas (TAC) e quotas, mas também frotas específicas, de proximidade e adaptadas às características do mar e das condições climatéricas dessas regiões, pelo que a aposta na segurança das embarcações e dos profissionais da pesca deve ser um princípio básico.

Política Marítima Integrada

A dimensão marítima das RUP e o seu posicionamento geoestratégico concorrem também para a necessidade de uma política marítima europeia realista, coerente e eficaz, dotada dos meios necessários à sua implementação. A política marítima da UE deverá garantir uma abordagem transversal e multisectorial da exploração do ambiente marinho e marítimo em todos os setores relacionados com o mar e os oceanos, nomeadamente: as energias marinhas; transporte marítimo e gestão de infraestruturas portuárias; turismo costeiro e atividades de lazer náutico; proteção e gestão de zonas costeiras; vigilância marítima; exploração sustentável de recursos; biotecnologia marinha; gestão de dados; investigação e inovação.

No entanto, não tem sido devidamente reconhecido o potencial natural das RUP. Por esse motivo, os recursos devem ser centrados na formação, inovação, investigação, desenvolvimento tecnológico e planeamento, garantindo o envolvimento das regiões neste domínio, bem como na modernização das infraestruturas de investigação ali residentes, de forma a dar resposta às necessidades de investigação que ainda persistem.

O crescimento azul é uma oportunidade de desenvolvimento para as RUP, que constituem excecionais laboratórios naturais para testar tecnologias inovadoras e para desenvolver projetos emblemáticos que poderão ser exportados para outras regiões. Neste sentido, congratulamo-nos com a realização de um estudo sobre o crescimento azul nas RUP e esperamos que os seus resultados conduzam à elaboração de uma verdadeira estratégia marítima integrada a favor das RUP, que contribua para o seu desenvolvimento socioeconómico.

Para este propósito, deverá ser assegurada uma maior coerência entre as diferentes fontes de financiamento ao crescimento azul e uma maior adequação dos instrumentos disponíveis aos objetivos da UE que tenha em conta as suas regiões, em particular as RUP.

Enquanto regiões voltadas para o Mar, o desenvolvimento de um papel mais ativo das RUP no contexto da governação internacional dos oceanos, passa necessariamente pela implementação de estratégias regionais e de sistemas de governança ambiciosos que favoreçam a cooperação neste domínio, designadamente entre as RUP.

Transportes e Comunicações

O grande afastamento destas regiões do continente europeu dificulta a realização do princípio da continuidade territorial. Por este facto, torna-se imprescindível que a realidade das RUP seja verdadeiramente integrada na política comum de transportes, como é de igual modo determinante a integração destas regiões nos corredores prioritários da RTE-T, para o seu efetivo acesso ao Mecanismo Interligar a Europa (MIE) que financia a Rede.

Quanto ao transporte aéreo, principal meio de conexão destas regiões à Europa e ao Mundo, sublinha-se a necessidade de apoiar a criação de novas rotas e de reforçar e melhorar a qualidade e regularidade das já existentes.

Igualmente, é necessário apoiar a construção, ordenamento, segurança e manutenção das infraestruturas aeroportuárias, cujas possibilidades de investimento não devem estar limitadas apenas a objetivos ambientais.

Relativamente ao setor marítimo-portuário, assinala-se a importância de os constrangimentos geográficos das RUP serem devidamente integrados no âmbito das Autoestradas do Mar e de ser possibilitada ao conjunto dos portos das RUP uma ligação efetiva aos restantes portos da UE (incluindo aos portos das RUP pertencentes à mesma bacia geográfica, aos portos dos países terceiros, e, no caso dos arquipélagos, entre os vários portos). Considera-se ainda que devem ser revistas as orientações europeias em matéria de auxílios de Estado ao transporte marítimo de passageiros e mercadorias, tendo em vista facilitar o estabelecimento de novas ligações entre os portos das RUP e países terceiros.

Assinala-se ainda que deve ser considerada a importância dos portos das RUP portuguesas, como postos estratégicos de reabastecimento de Gás Natural Liquefeito, cuja localização é estratégica nos principais corredores da navegação transatlântica.

No que respeita às comunicações e acessibilidade digital, considera-se que um elemento crucial e prioritário para a mitigação do afastamento das RUP é a melhoria das infraestruturas que asseguram a continuidade digital, designadamente as ligações por cabo submarino entre as RUP e a Europa continental, devido à antiguidade dos cabos que constituem o anel de ligação entre o continente às regiões autónomas assim como o anel inter-ilhas. Refira-se que, atualmente, estas ligações asseguram 100% do tráfego internacional. Também numa lógica de suporte aos projetos e parcerias científicos geradores de grande quantidade de dados, as ligações por cabo submarino poderão dar um contributo significativo para a competitividade destas regiões, contrariando as

dificuldades de operacionalização resultantes da ausência e/ou obsolescência de infraestruturas de comunicações e/ou do seu custo de utilização.

Em complemento considera-se também relevante o reforço dos serviços de banda larga suportados em redes de satélites (LEO – *Low Earth Orbit*), nomeadamente identificando e reduzindo eventuais barreiras de natureza regulamentar que possam limitar o desenvolvimento deste tipo de redes para acesso no interior das próprias regiões.

Investigação e Inovação

No âmbito dos objetivos da Estratégia “Europa 2020” e tendo em conta a sua situação geoestratégica, o reforço deste setor poderá ser um fator importante para o desenvolvimento do potencial das RUP em áreas de investigação específicas, como por exemplo a biodiversidade, energias renováveis, vigilância e rastreio dos oceanos, clima, atmosfera e espaço.

Contudo, os constrangimentos derivados da sua posição geográfica dificultam a capacidade das suas instituições no acesso ao financiamento numa base competitiva, nomeadamente no quadro do programa Horizonte 2020.

Neste contexto, será importante: o fomento de ações de formação e mobilidade que estimulem o crescimento de massa crítica nas RUP; a disseminação da investigação e da inovação produzida nestas regiões; a criação de mecanismos de fomento à internacionalização das instituições com sede nas RUP, com o intuito de aumentar o *know-how*, competências próprias e a integração em redes científicas mais alargadas. Igualmente importante será o desenvolvimento de instrumentos de financiamento que possam apoiar a constituição de sinergias/parcerias entre estas regiões e outras regiões da Europa continental em temas (ou desafios) que sejam específicos das RUP.

Pela sua importância específica importa ainda destacar o desenvolvimento do *Atlantic International Research Centre* (AIR Centre), organização intergovernamental destinada a promover a cooperação

internacional no Atlântico, na sua dimensão norte-sul e sul-norte, no domínio da inovação e da investigação integrada nas áreas do espaço, atmosfera-clima, oceano, energia e dados. Este centro de investigação internacional terá como principal missão conectar as instituições de investigação à volta do Atlântico. Consideramos que esta iniciativa, sediada nos Açores, poderá ser encarada como uma iniciativa emblemática das RUP, estando aberta a integrar outras regiões ultraperiféricas, particularmente as do Atlântico.

Energia

À semelhança do que acontece nos transportes, as características geográficas das RUP impedem o acesso destas regiões à Rede Transeuropeia de Energia e, por sua vez, ao MIE, o que constitui um grande obstáculo à realização do mercado único da energia, sendo necessário assegurar o acesso destas regiões a este importante mecanismo de modo a reduzir a grande dependência externa destes territórios aos combustíveis fósseis.

É inquestionável o esforço realizado pelas RUP no desenvolvimento das energias renováveis, sendo por isso de toda a relevância o apoio a projetos destas regiões destinados a melhorar a transição energética, por exemplo e entre vários outros, a fomentar a mobilidade elétrica. Considera-se também que as RUP poderão servir de laboratórios vivos para a implementação de redes energéticas inteligentes.

Ambiente

A riqueza natural e diversidade única dos ecossistemas terrestres e marinhos das RUP constituem uma oportunidade em termos de crescimento e de emprego para estas regiões, recaindo os principais desafios ambientais sobre a preservação, conservação e valorização da biodiversidade e dos recursos, a implementação de uma economia circular e as alterações climáticas.

A utilização dos recursos genéticos destes territórios e a eventual partilha de benefícios decorrentes da sua utilização deve portanto conformar-se

com o Protocolo de Nagoia à Convenção sobre a Diversidade Biológica e, desde logo, através do cumprimento do Regulamento da UE sobre esta matéria, o qual visa assegurar um regime de conformidade com aquele Protocolo. Este regime visa, por um lado, assegurar - na UE e globalmente - a conservação e a sustentabilidade da utilização dos recursos genéticos e, por outro, a sua utilização conforme a legislação dos países de origem desses recursos e com eventuais regras de partilha de benefícios aí existentes.

Será importante ponderar e refletir sobre mecanismos que permitam capacitar e dotar estes territórios para a aplicação daquele Regulamento, atento em particular à sua sensibilidade, extensão e elevada diversidade genética que albergam.

Esta riqueza de biodiversidade pressupõe uma aposta na vigilância, prevenção, conservação e investigação e inovação, que permita explorar as potencialidades existentes.

No âmbito do Programa LIFE – Ambiente e Ação Climática (2014-2020), deverá ser dada ênfase ao desenvolvimento de projetos das RUP nas áreas da proteção da natureza e da biodiversidade, da eficiência de recursos, da economia circular, das alterações climáticas bem como para projetos apresentados por PME e que sejam *"close to market"*.

Na estratégia de transição para uma economia circular, para além da gestão de resíduos, elemento essencial no desenvolvimento de uma economia verde e na criação de emprego nas RUP, o foco deverá assentar, também, na economia de partilha e na eficiência de recursos. A intervenção deverá, assim, ter em consideração os agentes locais e a sua inter-relação e abranger todas as fases do ciclo de vida do produto, i.e. *design*, processo de produção, consumo e recolha e gestão de resíduos.

Face às especificidades das RUP, torna-se, assim, necessário uma economia circular adaptada à escala regional, que permita ultrapassar os obstáculos existentes, apostando na desmaterialização e agilização de processos e procedimentos, potenciando os diferentes padrões de consumo existentes nestas áreas no sentido de atingir os objetivos de

prevenção e redução da produção de resíduos e reintrodução de matérias-primas secundárias na economia.

A oportunidade da economia circular é para as RUP essencial já que se trata da possibilidade de potenciar novos negócios e novos modelos económicos passíveis de desenvolvimento a nível local com mais-valias que se entendem importantes a custos baixos em termos de investimento.

Importa também referir a questão do turismo sustentável dada a relevância deste setor para as RUP. É fundamental para a promoção do seu desenvolvimento sustentável a adequação das políticas direcionadas para o turismo. Neste contexto, sugere-se que seja implementado em grande escala nas RUP o rótulo ecológico da UE, que é um importante instrumento europeu de promoção de serviços de alojamento turístico sustentáveis com um reduzidíssimo impacto ambiental.

Salienta-se ainda a importância de manter a estratégia europeia de regulamentação diferenciada para as RUP, que tem sido adotada no âmbito da legislação europeia relativa às emissões para o ar, no sentido de evitar custos desproporcionados face aos efeitos provocados pela poluição, nomeadamente no que respeita às instalações de combustão para a produção de energia.

Atendendo à especificidade das RUP no que respeita à dependência do transporte aéreo na sua ligação com o exterior e ao impacto que o regime CELE aviação tem na mobilidade dos cidadãos e na competitividade da economia das mesmas, concordamos com a manutenção e necessidade de perenizar o regime de exceção CELE aviação para estas regiões.

No que respeita aos efeitos das alterações climáticas, as RUP estão particularmente expostas a fenómenos naturais extremos resultantes do aquecimento global, pelo que deverá ser reforçada a resiliência nos setores mais expostos às alterações climáticas. Neste contexto, afigura-se necessário o desenvolvimento de medidas específicas para enfrentar os desafios ambientais próprios das RUP.

Auxílios de Estado

A consagração da ultraperiferia nas regras europeias de auxílios de Estado tem sido fundamental no apoio ao investimento, criação de empregos e melhoria da competitividade das RUP.

Consideramos em particular muito positiva a recente revisão do Regulamento Geral de Isenção por Categoria (RGIC), que no essencial acolheu as propostas apresentadas conjuntamente por FR, ES e PT, permitindo a inclusão de setores anteriormente excluídos – energia, transportes, agricultura e pescas – nos auxílios ao funcionamento e o aumento dos limiares, em função de estudos sobre a determinação de sobrecustos apresentados por estas Regiões.

Os avanços alcançados irão permitir mais rapidez na implementação das medidas de auxílio das RUP e melhor eficácia na aplicação continuada dos mecanismos existentes, essenciais ao desenvolvimento destas regiões.

Importa assegurar que este trabalho conjunto dos três EM, em parceria com a Comissão, tenha continuidade na futura revisão dos Regulamentos e Enquadramentos em matéria de auxílios de Estado. É ainda possível melhorar a adaptação das regras AE à realidade económica e social das RUP, designadamente através do aumento dos limiares dos auxílios *de minimis*, aqui considerados os setores agrícola e das pescas e aquacultura. Considera-se também que deve ser assegurada uma maior coerência entre os diferentes dispositivos de âmbito horizontal ou específico.

Migrações

As Regiões Ultraperiféricas Portuguesas são territórios caracterizados por grandes fluxos emigratórios. Estas diásporas constituem um ativo muito importante na relação da União Europeia e os países terceiros onde estão

radicados, nomeadamente a África do Sul, os Estados Unidos, a Venezuela, o Brasil, entre outros.

Atualmente, devido a um contexto de crise política a nível internacional, tem-se verificado também uma forte imigração, com repercussões importantes no conjunto das políticas públicas.

A gestão dos fluxos migratórios constitui um grande desafio para os EM, com repercussões muito mais significativas no caso das RUP, pelo que se alerta para a necessidade de uma atenção redobrada e máxima solidariedade da União Europeia quanto a esta problemática.

agosto 2017